



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – PE
GABINETE DO PREFEITO

LEI N° 1.226/2016

EMENTA: “Dispõe sobre a Tabela Salarial dos Servidores da Câmara Municipal de Cachoeirinha e altera o inciso II do art. 4º da Lei nº 1.120 de 01 de setembro de 2009 e dá outras providências.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA, Estado de Pernambuco no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores de Cachoeirinha, decretou, e ele sanciona, a seguinte Lei:

Art. 1º - Os vencimentos dos servidores de provimento efetivo e comissionada da Câmara Municipal de Cachoeirinha, passará a ser o discriminado abaixo:

I – Cargo Efetivo.

Assessor Jurídico	R\$ 2.005,00
Agente Administrativo I	R\$ 900,00
Vigilante	R\$ 900,00
Auxiliar de Serviços Gerais	R\$ 900,00

II - Cargo Comissionado

Diretor Jurídico	R\$ 2.000,00
Diretor Financeiro	R\$ 2.000,00
Diretor Administrativo	R\$ 2.000,00
Assessor de Transporte	R\$ 900,00
Diretor de Serviços Gerais	R\$ 900,00

§ 1º. Em virtude do disposto no “caput” deste artigo, o valor diário do salário referente ao cargo de Assessor Jurídico corresponderá à R\$ 66,83 (sessenta e seis reais e oitenta e três centavos) e o valor horário, a R\$ 11,14 (onze reais e quatorze centavos).

§ 2º. Em virtude do disposto no “caput” deste artigo, o valor diário do salário referente aos cargos de: Agente Administrativo I, Vigilante, Auxiliar de Serviços Gerais, Assessor de Transporte e Diretor de Serviços Gerais corresponderão à R\$ 30,00 (trinta reais) e o valor horário, a R\$ 5,00 (cinco reais).

Art. 2º. Fica assegurado aos Servidores o direito a percepção do Salário Família nos moldes previstos pelo RGPS (Regime Geral de Previdência Social) e pelo RPPS (Regime Próprio de Previdência Social).

Art. 3º. Para atendimento ao disposto na Lei Complementar nº 101/2000, considere-se:

I – o impacto financeiro com o reajuste é positivo, ficando dentro dos limites definidos pela Emenda Constitucional nº 025/2000;

II – a despesa é compatível com o Plano Plurianual e adequações com a Lei Orçamentária;

III – a despesa será efetuada com receitas oriundas das transferências constitucionais.

Art. 4º. Para atender as despesas decorrentes da aplicação desta, serão processadas na rubrica própria, prevista na Lei Orçamentária em vigor, suplementada se necessário, conforme disposições da Lei nº 4.320/64.

Art. 5º. O inciso II do art. 4º da Lei nº 1.120 de 01 de setembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“II – Assessor de Controle Interno, símbolo ACI-2, com o quantitativo de 01 (uma) vaga, a ser ocupado por pessoa com formação técnica, de nível médio, percebendo como retribuição pelo exercício do cargo o valor de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais).”

Art. 6º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos financeiros retroagiram à 1º de janeiro de 2016.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – PE
GABINETE DO PREFEITO

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 16 de março de 2016.

CARLOS ALBERTO ARRUDA BEZERRA

- Prefeito Constitucional -